



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 2 n. 1 (2), janeiro-junho/2004, p. 20-32
www.emtese.ufsc.br

A Paraeconomia como modelo e paradigma para a análise e a formulação de Políticas Públicas: o Resgate de uma Possibilidade

Ariston Azevedo¹

Renata Ovenhausen Albernaz²

1. Introdução

Os estudos sobre a delimitação dos sistemas sociais têm sua origem nos trabalhos pioneiros de Alberto Guerreiro Ramos, mais precisamente em seu artigo "Theory of social systems delimitation: a preliminary statement"³, publicado em 1976, no qual o autor estabelecia as bases conceituais do terceiro sentido básico que houvera atribuído ao termo "redução sociológica", em 1958, ou seja, o de "superação paradigmática" da ciência social nos moldes institucionais e universitários em que se encontrava articulada. Assim, Guerreiro Ramos apresentava à academia a linha teórica básica que daria sustentação a uma série de pesquisas que estavam sob sua orientação e que discutiam uma alternativa para a análise e o desenho de sistemas sociais.

Desde então, diversas publicações têm abordado o assunto em seus mais variados níveis analíticos. E. Dunn (1976) foi um dos primeiros a propagar as idéias a respeito da delimitação de sistemas sociais quando, durante a *Aspa National Conference*, apresentou um trabalho cujo título era "The future which began: notes on development policy and social systems delimitation". Em seguida vieram outros, como os de Najjar (1978) e

¹ Professor Assistente da Universidade Estadual de Maringá. Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ariston_azevedo@terra.com.br

² Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: renata_albernaz@terra.com.br

³ Muito embora se saiba que na trajetória da teoria delimitativa proposta por Guerreiro Ramos encontram-se outras obras, como por exemplo Situação atual da sociologia (apêndice I de A redução sociológica),

Dennis (1978), bem como diversas teses de doutorado que foram defendidas na University of Southern California (Najjar, 1978; Ahmad, 1979; Rezende, 1979; Nasir, 1980; Cruz Jr., 1981; Castor, 1982; Heidemann, 1984; e outros). Todos esses trabalhos contribuíram significativamente para a formalização decisiva da teoria de delimitação dos sistemas sociais, que tomou a sua forma acabada em 1981, quando do lançamento do livro mais importante da vida acadêmica de Guerreiro Ramos, "A nova ciência das organizações: uma reconceituação da Riqueza das Nações".

Foi a partir do lançamento dessa obra que a teoria da delimitação ganhou relevância no Brasil. Todavia, o falecimento repentino de Guerreiro Ramos, em abril de 1982, interrompeu a agenda de pesquisas que estavam diretamente voltadas para analisar, segundo o paradigma da delimitação, entre outras coisas, o modelo econômico do Governo Brasileiro em implementação no início dos anos oitenta. Algumas de suas análises – inacabadas, é bom que se diga - foram publicadas em forma de ensaios no Jornal do Brasil (Ramos, 1978a, 1978b, 1979a, 1979b, 1979c, 1979d, 1981b, 1981c, 1981d, 1981e, 1981f, 1981g, 1981h).

Até onde se conseguiu pesquisar, desde a morte de Guerreiro Ramos, poucos trabalhos têm tido a preocupação de tratar a questão da delimitação dos sistemas sociais, principalmente no que se refere à administração pública, em especial, a questão alocativa de recursos do Governo Brasileiro. Sabe-se, por exemplo, que o mestrado em administração da UFSC possui um grupo de estudos que trata do assunto, dando atenção prioritária para as análises em nível micro e suborganizacionais. Mas, ao que tudo indica, no Brasil, pesquisas abordando a teoria da delimitação tendem para o tratamento da "abordagem racional da organização" e ao "*design* organizacional" (Serva, 1997a;1997b;1996;1993; Caldas, 1994; Pizza Jr., 1994; Vasconcelos, 1993; Mendes, 1997; 1998).

O enfoque proposto neste artigo se acrescenta aos dois outros citados. Aqui discute-se a paraeconomia como referência teórica para a análise de políticas públicas, pois que se supõe que tal paradigma pode cooperar para avanços em termos analíticos dessas

Modernization: towards a possibility model e Administração e estratégia do desenvolvimento, tal teoria foi exposta, concretamente, com a publicação de *theory of social systems delimitation: a preliminary statement*.

políticas públicas, da mesma forma que pode consolidar os estudos sobre a teoria da delimitação dos sistemas sociais.

2. A Paraeconomia enquanto Possibilidade de Discussão de Políticas Públicas

Apesar de ter sido esboçada há aproximadamente vinte anos atrás por Alberto Guerreiro Ramos, a “paraeconomia”, como proposta de um modelo e paradigma multicêntrico de alocação de recursos na sociedade, e que tem em seu âmago o conceito de delimitação de sistemas sociais, ainda não conseguiu superar o estágio embrionário nas discussões acadêmicas e na prática governamental, principalmente no Brasil. A questão foco desta proposta era a hegemonia que o mercado conquistou ao longo dos últimos trezentos anos, fato que desconfigurava o entendimento de natureza e condição do homem, operando na sociedade, como um todo, uma real unidimensionalização humana.⁴ No que se refere à questão alocativa de recursos, e em virtude dessa hegemonia, muitas nações começaram a acreditar que a alocação de recursos segundo os critérios exclusivistas do mercado seria a forma adequada para buscar o desenvolvimento. Como consequência, critérios de eficiência começaram a predominar nas análises e formulações de políticas públicas, tal como acusaram, nos anos setenta, Tribe (1971; 1972; 1973), Churchman (1971) e Kramer (1975).

É com base nesta questão que Guerreiro Ramos (1981a: 142) desenvolve o conceito de delimitação organizacional, que seria, a seu ver, “[...] uma tentativa sistemática de superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva.” Neste sentido, tal superação se daria, exatamente, porque a teoria da delimitação não considera o mercado como sendo a referência cardinal para a ordenação da vida humana individual

⁴ Recentemente, críticas severas têm sido desferidas à instituição mercado. De maneira geral, essas críticas se referem às consequências para o homem que a sociedade centrada no mercado tem acarretado (Rodwin; Schon, 1994; Hirschman, 1996; Moore Júnior, 1999; Kuttner, 1998; Sennett, 1999). Robert Lane, por exemplo, em “The market experience”, usa vasta literatura, tanto de origem psicológica quanto sociológica, para fundamentar a sua opinião de que o mercado, em vez de cumprir com a antiga promessa de felicidade para todos, pelo contrário, acaba é por sabotar a verdadeira felicidade humana. Segundo ele, o mercado opera uma ilusão de ótica, ou seja, distancia as pessoas da possibilidade de dominarem suas vidas e se conduzirem para os aspectos que realmente lhes importa (Lane, 1991). Semelhante acusação também é proferida por Sennett (1999). Para ele, o conflito maior que o capitalismo, em sua atual fase, traz para o indivíduo guarda relação com o caráter humano, ou, mais precisamente, com a corrosão que o mercado opera no caráter humano. O indivíduo moderno já não consegue encontrar uma narrativa para a sua própria vida, dada a flexibilidade produtiva que hoje impera nas empresas. Diz Sennett (1999, p.27) que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dos homens, “sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável.”

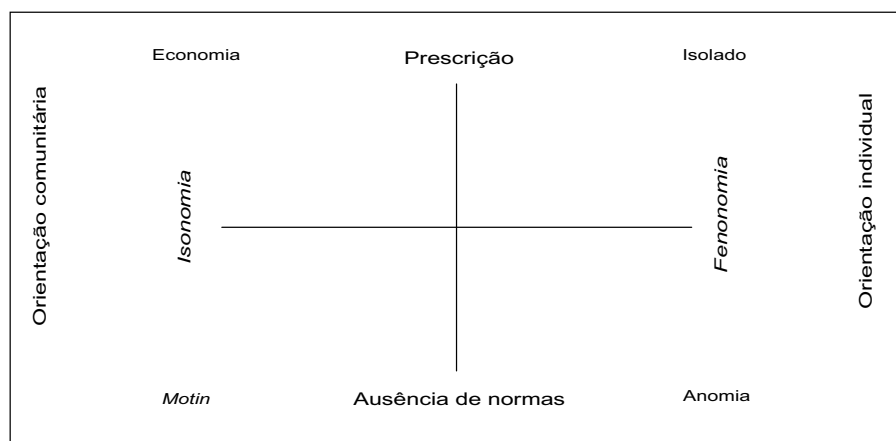
e associada, fazendo-o perder sua hegemonia ao considerá-lo como um entre os diversos "enclaves" sociais. Em outras palavras, no cenário social vislumbrado pela teoria da delimitação dos sistemas sociais, o mercado é um ambiente "delimitado", isto é, regulado e restrito na sua liberdade, existindo conjuntamente a outros espaços sociais nos quais os indivíduos buscam sua realização pessoal e o enriquecimento de suas vidas. Tal delimitação é necessária, entre outras coisas, devido às conseqüências nocivas que esta hegemonia do sistema de mercado tem acarretado para a saúde psíquica dos indivíduos, para a vida coletiva como um todo e para a conservação dos recursos naturais, principalmente, os não renováveis. Por conseguinte, para fins de elaboração e avaliação de políticas públicas, esta consideração multicêntrica exigiria uma reelaboração de critérios (multicritérios) para as decisões em termos de alocação de recursos, para além das requisições monopolistas do mercado, e que tomassem em conta a particularidade de cada desenho social em seu complexo de diversos e distintos espaços existenciais. Também, exige-se um sistema de governo que seja capaz de formular e implementar políticas e decisões alocativas requeridas para otimizar as transações entres os diversos enclaves sociais.

O modelo multidimensional proposto por Guerreiro Ramos (1981a) expande a noção de recursos e de produção – reduzidas pelo mercado apenas a insumos e produtos de atividades de natureza econômica –, já que leva em consideração tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas, tanto as que geram produção econômica como as que geram produção de outra natureza. Aliás, o pressuposto básico desse paradigma é que, para alcançar a sua atualização pessoal, o indivíduo deve buscar se libertar da dependência total do mercado em sua qualidade de "economizador" e "detentor de emprego", a fim de que possa ter algum grau de auto-suficiência como um confrontador dos critérios do mercado.

A delimitação dos enclaves sociais na tessitura da sociedade, segundo o paradigma paraeconômico, dar-se-ia por intermédio da combinação de duas dimensões: "a orientação individual *versus* comunitária" e a "prescrição *versus* ausência de normas". Além de visualizar espaços livres de prescrições impostas, o paradigma paraeconômico contempla tanto ambientes pequenos, exclusivos, quanto ambientes comunitários, de tamanhos regulares, nos quais é esperado que os indivíduos possam ter ação adequada às suas

necessidades de atualização pessoal. Em termos esquemáticos, o paradigma paraeconômico se apresenta da seguinte forma.

Figura 1 – Paradigma paraeconômico



Fonte: RAMOS (1981a: 141).

Todas as categorias do paradigma receberam de Guerreiro Ramos o caráter de tipo-ideais. Assim, a "anomia" é concebida como uma situação estanque, onde ocorre o desaparecimento da vida pessoal e social. Indivíduos anômicos, na realidade, são desprovidos de normas e de raízes, não possuindo compromissos com normas operacionais, o que quer dizer, são incapazes de compatibilizar as suas vidas com um projeto pessoal. A categoria "motim", por seu turno, refere-se a uma coletividade desprovida de normas, cujos membros possuem pouca, ou nenhuma, noção de ordem social. A "economia" é entendida como uma forma organizacional ordenada e que é estabelecida para a produção de bens e/ou para a prestação de serviços; refere-se à organização típica da sociedade centrada no mercado, ou seja, a organização formal de caráter econômico. Representa a "fenonomia", um sistema social constituído por uma pequena agremiação, inclusive podendo ser individual, onde a opção pessoal é máxima e as prescrições operacionais formais mínimas; caracteriza-se pela auto-motivação, pela consciência social ligada à preocupação do indivíduo com a sua idiossincrasia e pela liberação de criatividade. A categoria designada de "isolado" acolhe aquele indivíduo que

acredita que o mundo social é inteiramente incontrolável e sem remédio. A sua sobrevivência, portanto, requer um lugar no qual ele, de maneira consciente, viva segundo suas próprias crenças. A "isonomia", por sua vez, é um contexto onde, tipicamente, todos os indivíduos membros são iguais e as prescrições mínimas, estabelecidas por consenso. Além disso, na isonomia as pessoas estão sempre dispostas a terem relações interpessoais primárias.⁵

Segundo Guerreiro Ramos, os modelos que têm o mercado como centro, e que desse mercado como referência para a análise das políticas públicas em geral e para a alocação de recursos na sociedade, baseiam-se em uma "concepção muito estreita de recursos e de produção", haja vista que é o sistema de mercado quem define tanto o que se deva entender por um como pelo outro, associando-os, exclusivamente, às atividades de caráter econômico. Para o autor, o processo de produção organizado sob as orientações do mercado obedece a transferências bidirecionais de recursos⁶, perdendo de vista aspectos normativos sem os quais uma sociedade se destitui de condições de viabilidade. De forma geral, os modelos centrados no mercado defendem os seguintes pressupostos:

- a) os critérios para a avaliação do desenvolvimento de uma nação são essencialmente os mesmos que dizem respeito às atividades que constituem a dinâmica do mercado;
- b) a natureza humana se define como o conjunto de qualificações e de disposições que caracterizam o indivíduo como um detentor de emprego e como um comprador insaciável; e
- c) a eficácia da organização e das instituições em geral é mensurada do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para a maximização das atividades do mercado. (Guerreiro Ramos, 1981a: 181-182).

⁵ Assim, vislumbrando uma sociedade composta por uma variedade de sistemas sociais, equilibradamente coexistindo em função da viabilidade social e do atendimento das necessidades básicas de atualização de seus membros, Guerreiro Ramos, estabelecendo a "lei dos requisitos adequados", afirma que, nesses múltiplos sistemas sociais coexistentes, são seus membros, dentro de um processo dinâmico e dialético de sua concretização social, que "determinam seus próprios requisitos de planejamento" (1981a:156). Em termos especulativos, no entanto, o sociólogo estabeleceu um conjunto composto por cinco dimensões principais que constituem a configuração basilar dos sistemas sociais. São elas: tecnologia, tamanho, cognição, espaço e tempo.

⁶ Por transferência bidirecional se entende aquela que deriva lucro ou vantagem para o provedor. Por exemplo: A provê B de recursos com os quais B produz algo de que A deriva lucro ou vantagem.

Contrariamente a esses modelos, o paradigma paraeconômico toma em consideração que a expansão desenfreada das organizações formais de caráter econômico, somada à exaustão das reservas de fontes de energia, tanto renováveis quanto não-renováveis, tem conseqüências devastadoras sobre a viabilidade do social e da natureza, haja vista que a forma operacional do mercado se pauta em padrões de produção e consumo que tendem, entre outras coisas, a desencadear, aceleradamente, "o colapso termodinâmico do planeta", ocasionando o esgotamento dos recursos naturais. Portanto, tal paradigma advoga que:

- a) o mercado deve ser politicamente regulado e delimitado, como um enclave entre outros enclaves que constituem o conjunto da tessitura social. Em outras palavras, o mercado tem critérios próprios, que não são os mesmos dos outros enclaves, nem da sociedade como um todo;
- b) a natureza do homem atualiza-se através de várias atividades, entres as quais estão aquelas requeridas pela sua condição incidental de detentor de emprego. A atualização humana é inversamente proporcional ao consumo individual de produtos e artigos do mercado e, mais particularmente, ao tempo exigido por esse tipo de consumo; e
- c) o desenvolvimento de adequadas organizações e instituições, em geral, é avaliado do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para o fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo (GUERREIRO RAMOS, 1981a: 184-185).

Característica desse modelo é a presença tanto de transferências bidirecionais, quanto unidirecionais⁷. A presença das transferências unidirecionais se deve, principalmente, ao fato de que a qualidade e o desenvolvimento de uma sociedade não derivam apenas das atividades produtivas do mercado. Como informa o autor, "qualidade e desenvolvimento resultam também de uma variedade de produtos, distribuídos através de processos alocativos que não representam troca" (Guerreiro Ramos, 1981a: 179).

⁷ Entendem-se como transferências unidirecionais aquelas que indiretamente beneficiam o provedor ao melhorar a qualidade ambiental da sociedade.

Convém, por fim, dizer que a proposição paraeconômica é baseada na idéia de “perduração”, ou seja, sustenta um modelo de vida humana associada que garanta uma retenção de valor e um equilíbrio dinâmico relacional em termos da natureza humana, social e natural, em face da suposta fluidez ou mudança, atualmente imposta a esses mesmos termos pelo sistema de mercado, que tende a solapar seus elementos perdurantes.

3. Conclusão

Como se pode perceber, a proposta de Guerreiro Ramos apresenta um pluralismo singular, pois que, em sua concepção, dado o avançado desenvolvimento atingido pelo sistema de mercado – e as conseqüências destruidoras da sanidade psíquica do ser humano, da viabilidade social e da conservação ecológica, que tal desenvolvimento desencadeia –, faz-se necessária, de maneira imperativa, a regulação política do sistema de mercado, o que romperia com a sua regulação monocêntrica sobre a sociedade, e permitiria a existência, ou melhor, a operação de múltiplos espaços sociais, com suas substancialidades próprias que atendam às necessidades de atualização humana. Com isso, percebe-se também o surgimento de novos centros de poder, de novas formas de articulação das relações sociais, fatos que exigem novos critérios para decisões em termos de políticas públicas. Na realidade, o paradigma paraeconômico leva em consideração que a existência de políticas normativas, tanto como substantivas de alocação de recursos na sociedade, são fundamentais, caso se deseje, realmente, como ele dizia, “elevar o *status* qualitativo do sistema social em dimensão macro” (1981a: 182).

Nesse sentido, a análise de políticas públicas, segundo a perspectiva da pareconomia, diverge das metodologias institucionalizadas para tal análise, conforme as que se observa em Viana (1996), principalmente porque toma a questão da perduração e da atualização (humana, social e natural) como foco, e, por isso, reclama a existência de sistemas unidirecionais de alocação de recursos na sociedade. Esses sistemas têm a função específica de promover um senso de coesão e integração de alvos e ideais entre o provedor e o receptor (Najjar, 1978), distinto do senso de dependência que hoje caracteriza o discurso das organizações econômicas. Da mesma maneira, a alocação unidirecional atuaria como forma até mesmo de, em alguns casos, afastar os indivíduos

das "garras" do mercado, promovendo a alocação de recursos em geral para sistemas outros que não o de mercado.

Para tanto, as políticas públicas não devem deixar de atentar para o papel que enclaves como isonomias, fenonomias e suas formas mistas possuem nos dias atuais⁸, bem como para suas necessidades específicas de operação. Quanto à fenonomia, por exemplo, cuja caracterização seria a de um contexto para pessoas altamente criativas e que estejam ocupadas em desenvolver projetos pessoais de vida, percebe-se que os elaboradores de políticas públicas não podem passar imunes aos novos direcionamentos que ela aponta. Esta possibilidade, ou seja, a de que os indivíduos estejam entregues às suas questões pessoais, pouco atrai recursos por parte do sistema de mercado, haja vista que o desencadeamento de tal investida pode não se concretizar em possibilidade de lucro, tal como é por ele esperado.

As isonomias, por sua vez, guardam características que as empresas não podem fornecer. As tentativas atuais, isto é, de integração humana no contexto empresarial, não têm resultado mais do que em aprisionamento ideológico ao sistema de mercado, cujo fim, na realidade, é a exclusão dos objetivos pessoais e a sua transfiguração para os objetivos do negócio. Desta feita, há questões que somente ambientes isonômicos podem proporcionar aos seus membros, como é o caso da criação de senso de comunidade, processos de comunicação menos racionalizados, participação efetiva, respeito pelas diferenças, ambientes democráticos, entre outros.

Todas essas considerações, assim, chamam às políticas públicas a responsabilidade de se tornarem instrumentos viabilizadores dessa diversidade e pluralidade social na qual os indivíduos, libertos e conscientes, se arranjam e se comprometem em diversos espaços existenciais.

Referências

AHMAD, M. Q. **Development theories and administrative policies**. Tese de Doutorado em Administração Pública, University of Southern California. Los Angeles, 1979.

⁸ E, nesta problemática, a questão da alocação de recursos sociais para a promoção de Organizações sem fins lucrativos ou Organizações não governamentais ganha destaque em termos de decisões políticas que contemplem as condições de sua operacionalidade e alcance de seus fins.

CALDAS, M. Explorando outros viveres: ensaio sobre a escolha e a diversidade em design organizacional. In: ENANPAD, 18, 1994, Curitiba, 1994. **Anais do XVII Enanpad**. Curitiba, 1994.

CASTOR, B. V. J. **Appropriate technology and social systems design**. Tese de Doutorado em Administração Pública, University of Southern Califórnia. Los Angeles, 1982.

CHURCHMAN, C. W. **The design of inquiring systems**. New York: Basic Books, 1971.

CRUZ JÚNIOR, J. B. **An academic and research program in public administration based on social systems delimitation**. Tese de Doutorado em Administração Pública, University of Southern California. Los Angeles, 1981.

DENNIS, C. M. Mutually supportive interaction or delimitation. **Administration & Society**, California, USA, November 1978, v. 10, pp. 371-376.

DUNN, E. N. The future which began: notes on development policy and social systems delimitation. **Anais da Aspa National Conference**, 1976.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981a.

_____. Problemas alocativos da economia brasileira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1981b.

_____. Notícia sobre a nova teoria econômica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1981c, Caderno Especial, p.4.

_____. O governo Reagan e o fim da compaixão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1981d, Caderno especial, p. 5.

_____. Aristóteles, Whitehead e a bifurcação da natureza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1981e, Caderno Especial p. 3.

_____. Platão e a conversa das gerações. **Jornal do Brasil**, 8 mar. 1981f, Caderno Especial p. 3.

_____. Um conceito impopular de ciência social. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1981g, Caderno Especial, p. 3.

_____. Economia política reconsiderada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 out. 1981h, Caderno especial p. 4.

_____. **O modelo econômico brasileiro**: uma apreciação à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/CPGA, 1980a.

_____. **Considerações sobre o modelo alocativo do governo brasileiro**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/CPGA, 1980b.

_____. Um modelo corretivo do impasse econômico brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1979a.

_____. Modernização e declínio econômico do Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1979b.

_____. Limites da modernização. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1979d, Caderno Especial, p. 3.

_____. O "milagre" e a sociedade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 maio, 1979e, Caderno Especial, p. 3.

_____. O momento maquiavélico brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 out. 1978a.

_____. Abertura política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1978b, p. 11.

_____. Endurance and fluidity: a reply. **Administration & Society**, California, USA, february 1977, v. 8, n. 4, pp. 519-523.

_____. Theory of social systems delimitation, a preliminary statement. **Administration & Society**, California, USA, august 1976, v. 8, n. 2, pp. 249-272, 1976.

_____. Modernization: towards the possibility model. In: BELING, W. A.; TOTTEN, G.O. (Ed.). **Developing nations: quest for a model**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1970.

_____. **Administração e estratégia do desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1966.

_____. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

HEIDMANN, F.G. **Market framework and ambiguities in brazilian public policy**. Tese de Doutorado em Administração Pública, University of Southern California. Los Angeles, 1984.

HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRAMER, F. A. Policy analysis as ideology. **Public Administration Review**, Sept./Oct., 1975.

KUTTNER, R. **Tudo à venda**: as virtudes e os limites do mercado. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LANE, R. E. **The market experience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MENDES, A. A. **Desenho organizacional**: uma análise crítica da literatura e o estudo do caso do Centro de Valorização da Vida (CVV) de Florianópolis. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

_____. Organizados para prevenir o suicídio: uma análise do desenho organizacional do Centro de Valorização da Vida (CVV) de Florianópolis. ENANPAD, 22., **Anais do XXII Enanpad**, Foz do Iguaçu/Pr, 1998.

MOORE JÚNIOR, B. **Aspectos morais do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NAJJAR, G. K. **Theoretic legacy in the study of administration**. Tese de Doutorado em Administração Pública, University of Southern California. Los Angeles, 1976.

_____. Social systems delimitation and allocative mechanism: perspectives on budgeting for development. **Administration & Society**, California, USA, February 1978, v. 9, p. 495-517.

NASIR, S. **Farmland underutilization and agrarian reform**: institution building within social systems delimitation. Tese de Doutorado em Administração Pública, University of Southern California. Los Angeles, 1980.

PIZZA JÚNIOR, W. Razão substantiva. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, abr.jun. 1994, v. 28, n. 2, pp. 7-14.

REZENDE, U.S. **The fallacies of legitimacy**: the limits of functional rationality in contemporary societies. 1979. Tese de Doutorado em Administração Pública, University of Southern California. Los Angeles, 1979.

RODWIN, L.; SCHÖN, D. A. (ed.). **Rethinking the development experience**: essays provoked by the work of Albert O. Hirschman. Washington: Brookings, 1994.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, mar./abr. 1993, v. 33, n. 2, pp. 36-43.

_____. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. Tese de Doutorado. Escola de Administração – EAESP/FGV, São Paulo, 1996.

_____. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, abr./jun. 1997a, v.37, n. 2, pp. 18-30.

_____. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, mar./abr. 1997b, v. 31, n. 2, pp. 108-134.

SINGER, E.A.; ADAMS, G. B. Reconstituting the human position in social systems design and delimitation: a further response. **Administration & Society**, California, november 1977, v. 9, n. 3, pp. 395-399.

THAYER, F.C. Rejoinder to Ramos's theory of social systems delimitation. **Administrations & Society**, California, USA, v. 8, p. 515-518, 1977a.

_____. Rejoinder to Ramos' article. **Administration & Society**, California, USA, august 1977b, v.8, pg. 263-264.

TRIBE, L. A. Legal framework for the assentement and control of thecnology. **Minerva**, march 1971, v. 73.

_____. Policy science: analysis or ideology. **Philosophy & Public Affairs**, fall 1972, v. 2, n. 1.

_____. Technology and the fourth discontinuity: the limits of instrumental rationality. **Shouthern California Law Review**, California, 1973, v. 46.

VASCONCELOS, F. Racionalidade, ética e organizações: uma visão analítica. In: ENANPAD, 17., **Anais do XVII Enanpad**, Salvador, 1993. v. 9.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, mar./abr. 1996, v. 30, n. 2., pp. 5-43.

WANAT, J. The problem of budgetary on Najjar's proposal. **Administration & Society**, California, february 1978, v. 9, n.4, pp. 519-524.